

PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE INVASÕES (FAVELAS) EM BRASÍLIA

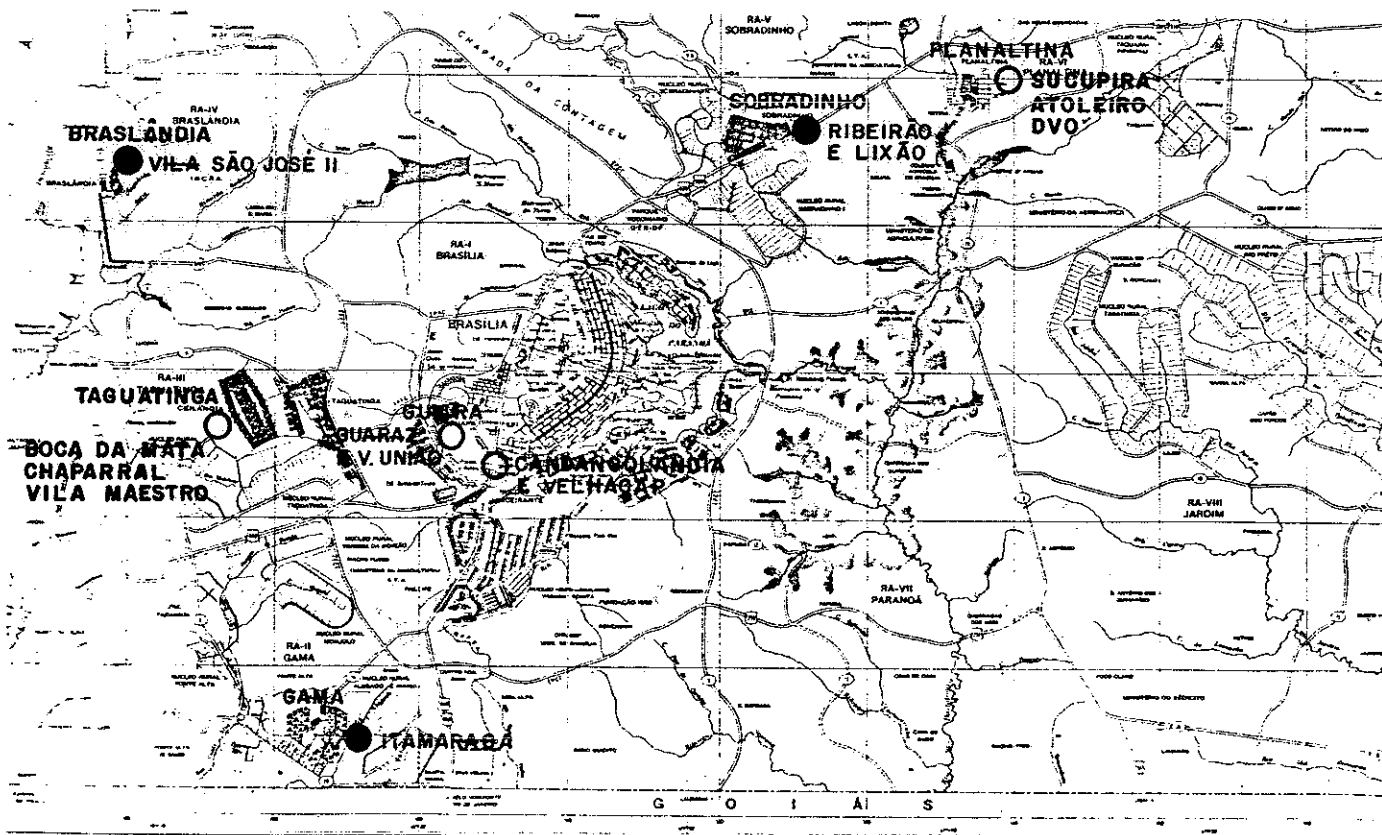
Equipe GEPAFI

Os projetos expostos a seguir fazem parte do programa de assentamento de "invasões" que vem sendo desenvolvido desde 1982 pelo governo do Distrito Federal. A coordenação do programa é feita pelo GEPAFI (Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões).

O mencionado programa caracteriza-se como uma posição inovadora no Distrito Federal em relação ao problema das invasões (favelas). Enquanto as políticas anteriores tinham como objetivo "erradicar invasões", transferindo-as para loteamentos distantes, hoje, procura-se, sempre que possível, urbanizar as invasões no próprio local ou eventualmente criar "assentamentos" em locais próximos à invasão.

Os projetos do Guará e do Itamaracá caracterizam bem essa nova tendência. O Itamaracá é um projeto de urbanização de invasão no próprio local, enquanto o Guará é destinado a "invasores" residentes em áreas próximas.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE INVASÕES (FAVELAS) EM BRASÍLIA



CONVENÇÕES TOPOGRÁFICAS

Contorno de água	
Montanha	
Legenda	
Linhas de propriedade	
Linhas de propriedade	
Linhas de propriedade	

LEGENDA

	ASSENTAMENTOS EM EXECUÇÃO
	ASSENTAMENTOS EXECUTADOS

Projeto de urbanização do Itamaracá

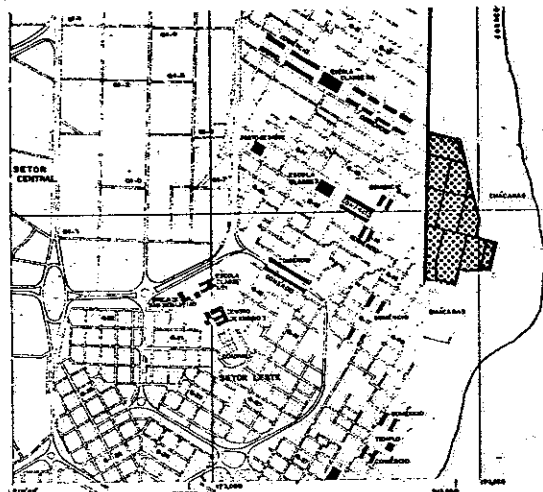
Dados gerais de projeto:

- Número de lotes 452
- População estimada 2.395 habitantes
- Área da gleba 11,102 hectares
- Densidade residencial bruta do projeto 441 hab/ha
- Densidade residencial líquida do projeto 215 hab/ha

Explicações iniciais

A invasão do Itamaracá teve seu início na segunda metade da década de 60, nas proximidades do primeiro conjunto de casas populares construído no Gama pela empresa construtora Itamaracá. Sua população de origem integrou o contingente migratório que se deslocou para Brasília, à época da construção da cidade (67,8% residem no local há 10 anos ou mais).

Está localizada na RA II — Gama, em área que constitui um prolongamento da Quadra 16, no Setor Leste, alongando-se aos fundos até as proximidades do



SITUAÇÃO
Esc. 1:5000

córrego da Prainha. Fica situada portanto no perímetro urbano e contava antes da sua urbanização com uma população de 1.835 habitantes, representando 344 famílias.

Dada a sua localização, a população local utiliza os mesmos sistemas viário e de transporte do Gama, assim como os demais serviços e equipamentos urbanos, notadamente aqueles situados próximos à área (escolas, o comércio das Quadras 12 e 14, o centro social da LBA, centro de saúde etc.). Todavia, não se observou sobrecarga dos equipamentos urbanos, face ao uso pela população do Itamaracá.

A proposta de urbanização feita pelo GEPAFI em conjunto com a Administração Regional do Gama está implantada há mais de um ano e promoveu a regularização da propriedade dos lotes ocupados, melhoria nas condições de abastecimento de água, energia elétrica e arrumamento na área. Outros projetos desenvolvidos pelo GEPAFI propõem ações a médio e longo prazos, que visam obter melhorias em relação à habitação propriamente dita.

O urbanismo

A definição do projeto urbanístico foi feita a partir dos seguintes critérios:

1. Os caracteres físicos naturais da área.
2. As características físicas construídas da área.
3. A análise da população residente na área a ser urbanizada e a forma de relação com o ambiente construído e natural.
4. A avaliação dos problemas enfrentados pela população.
5. As condições de oferta de bens e serviços urbanos pelas "instituições" governamentais que atuam na área.

A análise dos caracteres naturais mostrou um meio físico adequado à vida urbana onde a agressão de intempéries foi perfeitamente atenuada com obras de baixo custo. A topografia é quase plana e o solo é perfeitamente adequado à construção de residências unifamiliares. Existe uma vegetação de médio porte plantada pela própria população residente que procurou, de algum modo, proteger-se. As pequenas erosões existentes na área já eram, à época da elaboração do projeto, motivo de programas do governo do Distrito Federal no sentido de eliminá-las a curto prazo.

Bases conceituais dos projetos

As bases conceituais onde se assentam os projetos partem da idéia de que cabe à população da localidade como um todo, e de cada família em particular, um papel importante na melhoria das condições de habitação.

Assim, partiu-se do princípio que morar é uma necessidade humana, que resulta de "razões práticas" e "razões culturais". Estas necessidades decorrem de constantes e intermináveis adaptações das famílias e dos grupos que compõem a localidade. Tais adaptações são seguidamente problemáticas.

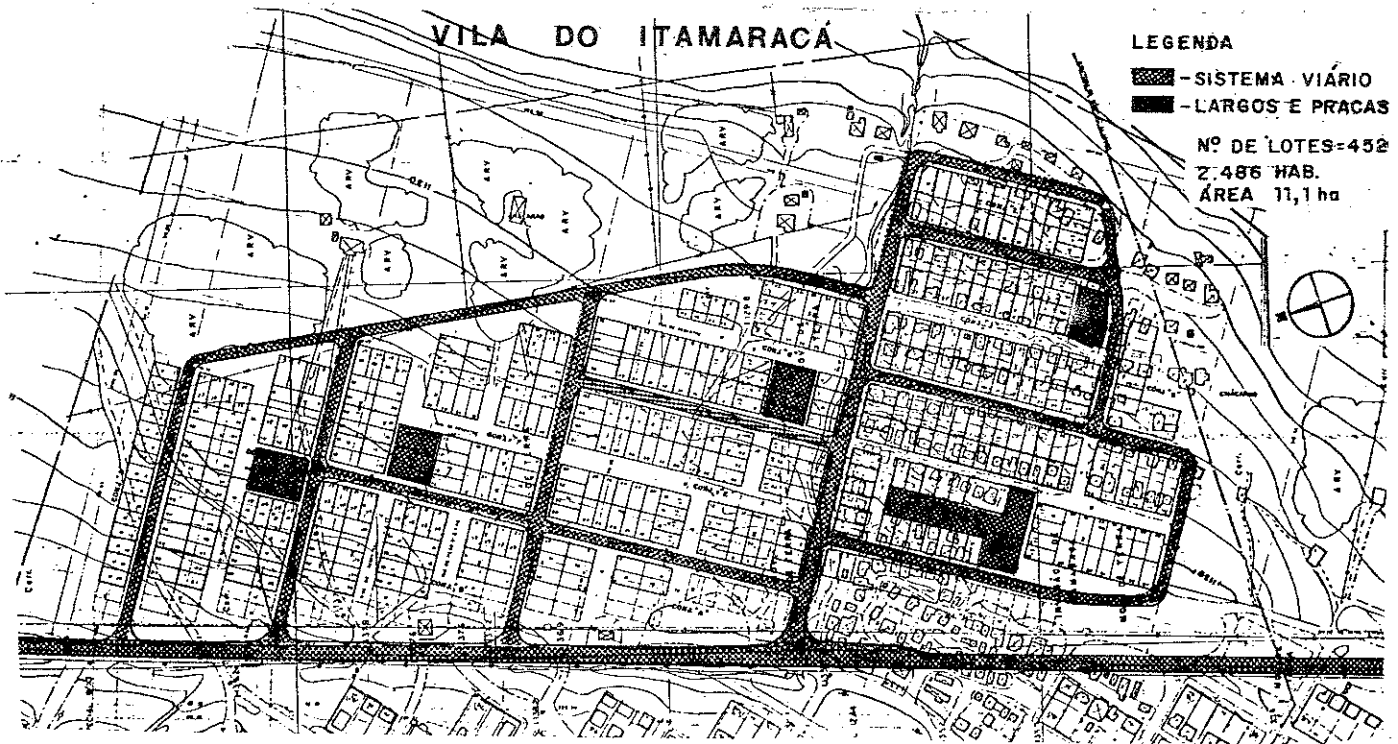
Neste sentido, não há como se pensar em uma habitação pronta, acabada, ideal.

Por outro lado, o espaço e, especialmente, o espaço da habitação ainda é uma mercadoria, e assim está sujeito também às teorias da produção e consumo das mercadorias. O projeto reconhece isto. Nos debates com a população relativos à conformação dos espaços da localidade, fica sempre claro que os moradores consideram o "valor de uso" e o "valor de troca" implícito nos espaços do projeto.

Em relação à definição do espaço, foram estabelecidas duas grandes categorias: o espaço público e o espaço privado. Tratou-se de considerar o atendimento das necessidades da população relativamente às duas categorias mencionadas, observando-se as diversas atividades que se desenvolveram nos espaços.

A idéia é que o espaço só se realiza como tal, ao conter "condições" que satisfaçam as necessidades das pessoas.

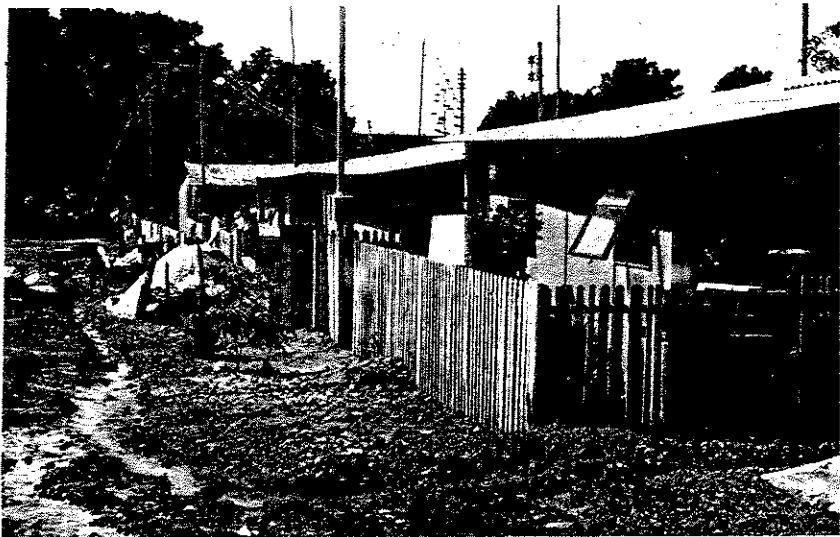
O ambiente construído compunha-se não somente do núcleo residencial (invasão) resultante de uma ação "espontânea" da própria população, como também de uma adutora e uma rede de alta tensão que atravessam a área. De certo modo, esses dois elementos delimitam, ao sul e a oeste, o assentamento.



Em relação ao núcleo popriamente dito (a invasão), percebeu-se que existe uma lógica na sua "estrutura espacial", tanto a nível geral de todo o conjunto, como a nível particular de cada lote e de cada casa (barraco). Essa lógica, aparentemente, persegue uma determinada ordem espacial e o projeto proposto, de certo modo, define melhor esta ordem, tornando-a a mais cartesiana possível. A idéia é que se esteja repropoendo e recriando a estrutura de espaço observado na invasão, eliminando-se os elementos que apresentem níveis indesejáveis de exiguidade e precariedade. Depois de um ano de existência, uma avaliação da Nova Itamaracá mostra que a ordenação espacial, de certa forma imposta, foi ápropriadade maneira desejável pela população.

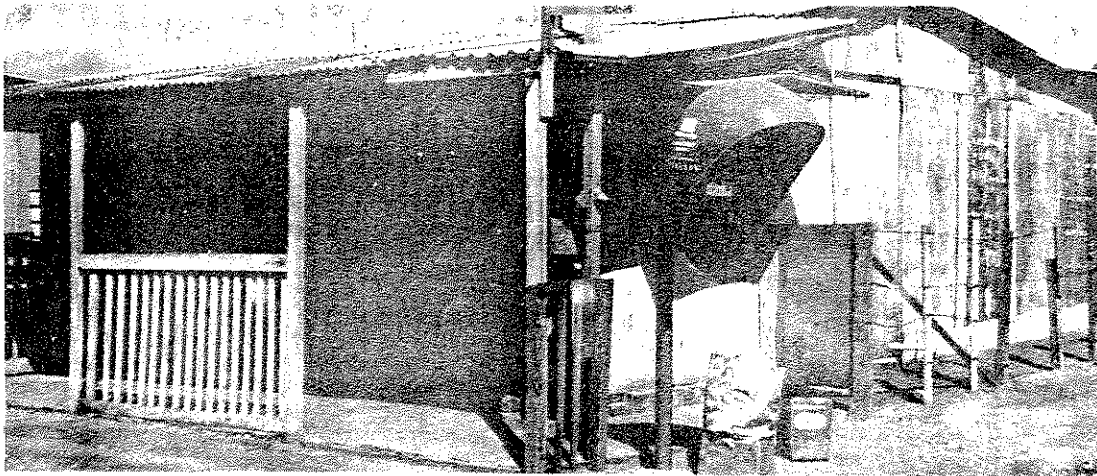
Em relação ao uso do solo, não há "separação de usos" institucionalizada. Sequer a proposta reconhece a divisão clássica do CIAM (morar, circular, trabalhar e recrear). Entretanto, o próprio desenho sugere inicialmente a existência de duas categorias de espaço: o público (rua, praças, largos, áreas verdes) e o privado (lotes, edificações particulares). As atividades que se desenvolvem nesses dois tipos de espaços são as mais variadas possíveis, e, em princípio, não se prevê proibições de qualquer natureza. Certamente aparecerão problemas, e aí, sim, entra a ação do poder público, para compatibilizar as atividades.

Quanto à utilização de equipamentos públicos (es-



As melhorias não se prendem somente ao espaço físico, mas também se referem à manutenção da acessibilidade aos serviços, à escola à condição de cidadão.





banizados (452 ao todo), de uma unidade habitacional de madeira, com 23m² de área, para que se viabilizasse a transferência imediata dos moradores.

Além disso, essa pequena moradia de madeira se insere na estratégia de que os próprios moradores promovam as melhorias necessárias na habitação, buscando suprir suas necessidades na medida das disponibilidades de cada família.



colas, posto de saúde, correios), a população residente usa os existentes nas proximidades da área, já que as distâncias a percorrer para acesso aos mesmos não se incluem entre os problemas indicados pela população.

Dada a precariedade em que se encontravam os antigos barracos — sua desmontagem para transferência provocaria perda significativa de material, — recomendou-se a construção em todos os lotes ur-



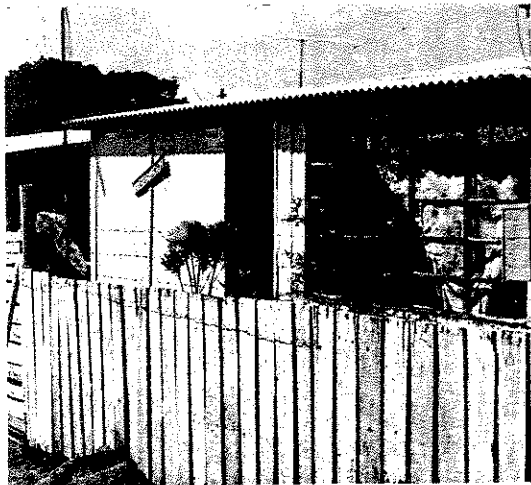
Construção de madeira original que foi erguida para viabilizar a transferência dos moradores.



Uma semana após a mudança, a unidade habitacional já com algumas melhorias.

Aqui uma das melhorias efetivadas logo em seguida à mudança: o muro de alvenaria é o elemento que marca a apropriação do novo lugar de moradia.





A janela de vidro foi incorporada à unidade habitacional de madeira, como um elemento que significa a passagem de uma condição de moradia para outra melhor.

Projeto Guará

Metodologia:

A definição do urbanismo foi feita a partir dos seguintes critérios:

- Análise da população residente nas invasões do Guará
- Análise das "estruturas espaciais" dos locais onde residiam os moradores.
- Análise dos problemas enfrentados pela população.
- Caracteres físico-naturais da área proposta.
- Disponibilidade de recursos governamentais para o assentamento das famílias.

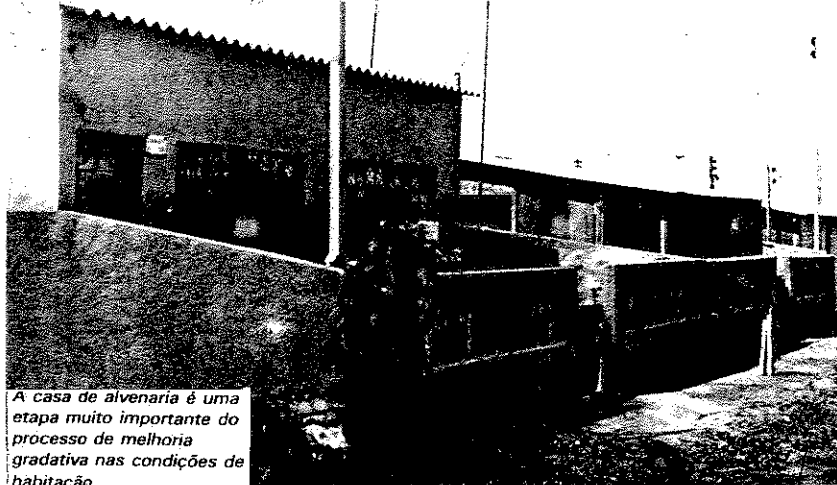
População: O cadastramento realizado pelo GEPAFI caracterizou as condições sócio-econômicas de 452 famílias das "invasões" da Vila União e do Acampamento Guarazinho, localizados na cidade satélite do Guará. Constatou-se que a maioria absoluta das famílias percebe rendimentos mensais inferiores a três salários mínimos.

Observou-se, também, que o local de trabalho predominante é o Plano Piloto, seguido de perto pela cidade satélite do Guará. Na invasão do Guarazinho, a grande maioria trabalha com carteira assinada (75,5%). Tais fatos aliados ao desejo manifesto das pessoas de permanecerem na "invasão" ou nas proximidades, melhor dotadas de equipamentos, levaram o grupo a optar por uma área bem próxima, a cerca de 500m do acampamento Guarazinho, para o assentamento das famílias.

Localização da área do assentamento: O trabalho conjunto do GEPAFI com a Administração Regional do Guará, permitiu uma análise das áreas mais adequadas para o assentamento das "invasões" da cidade satélite. Neste estudo verificou-se que os locais onde estão hoje as invasões no Guará, mostraram-se impróprios a uma urbanização imediata.

Assim sendo, optou-se pela Quadra 38, que devido a fatores como proximidade dos equipamentos essenciais, fácil acesso e, particularmente, pelos caracteres naturais da área, torna-se um local adequado à implantação do loteamento.

Ressalta-se ainda que a área tem uma topografia quase plana, o que permite fácil captação das águas pluviais, além de evitar grandes gastos com terraplenagem, fatores importantes quando se pretende fazer um loteamento com baixos custos e rapidez.



A casa de alvenaria é uma etapa muito importante do processo de melhoria gradativa nas condições de habitação.

Definição das "estruturas" espaciais: Em relação ao urbanismo, procurou-se, de início, a existência de uma lógica na estrutura espacial formalizada "espontaneamente" na invasão que será transferida. A idéia é, de certo modo, tentar repropor a mesma estrutura de relações espaciais, eliminando-se as exiguidades e precariedades indesejáveis e os elementos que se mostram problemáticos em relação às necessidades dos moradores.

a. Ruas e áreas de uso público

Os critérios para determinação das dimensões de ruas incluíram, além dos pontos mencionados, o fato de que há uma tendência à homogeneização, decorrente das dimensões dos veículos que deverão circular na área (automóveis, ambulâncias, caminhões de lixo etc). Não se pensou em privar os moradores de acesso por automóvel à porta de suas moradias.

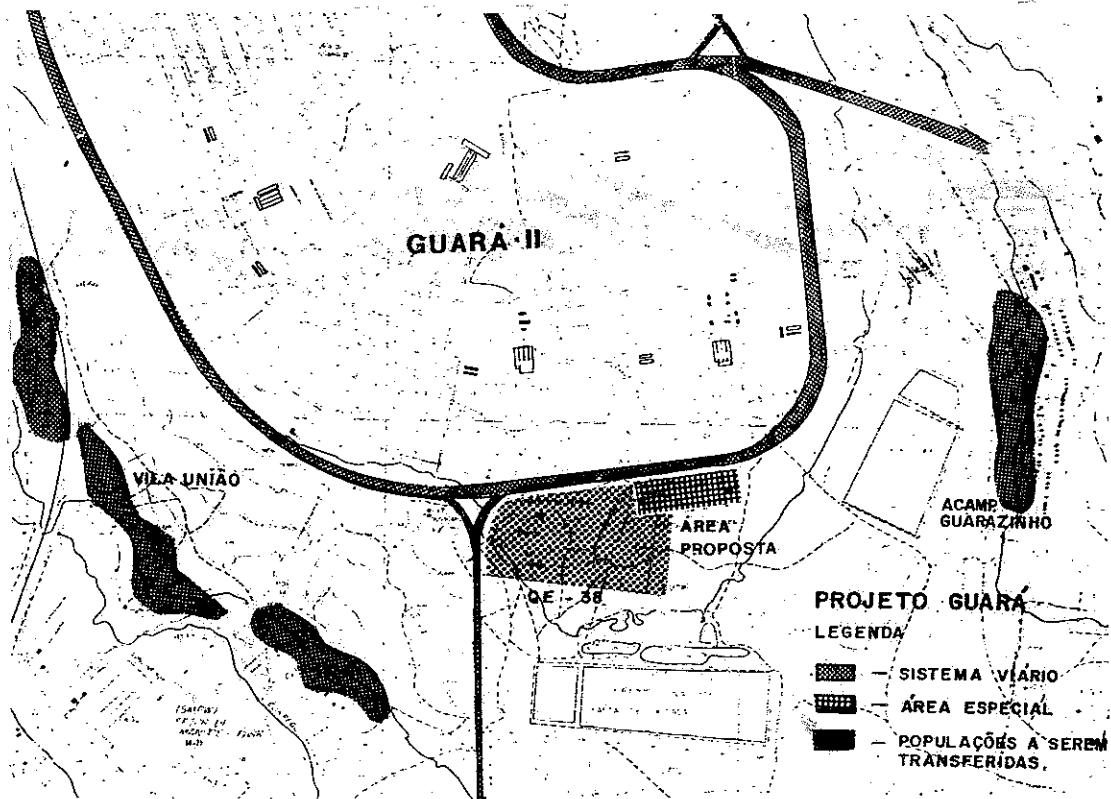
Por outro lado, a existência de rua se configura como um fato cultural anterior mesmo à existência de automóveis e, portanto, deve ser pensada também em relação ao pedestre. Dessa forma, previram-se três tipos de ruas:

- ruas de acesso principal, com 12m de faixa de domínio;
 - ruas de acesso secundário, com 10m de faixa de domínio;
 - ruas de pedestres com 8m de faixa de domínio.
- Todas as ruas serão entregues compactadas e encascalhadas nesta primeira etapa do processo.

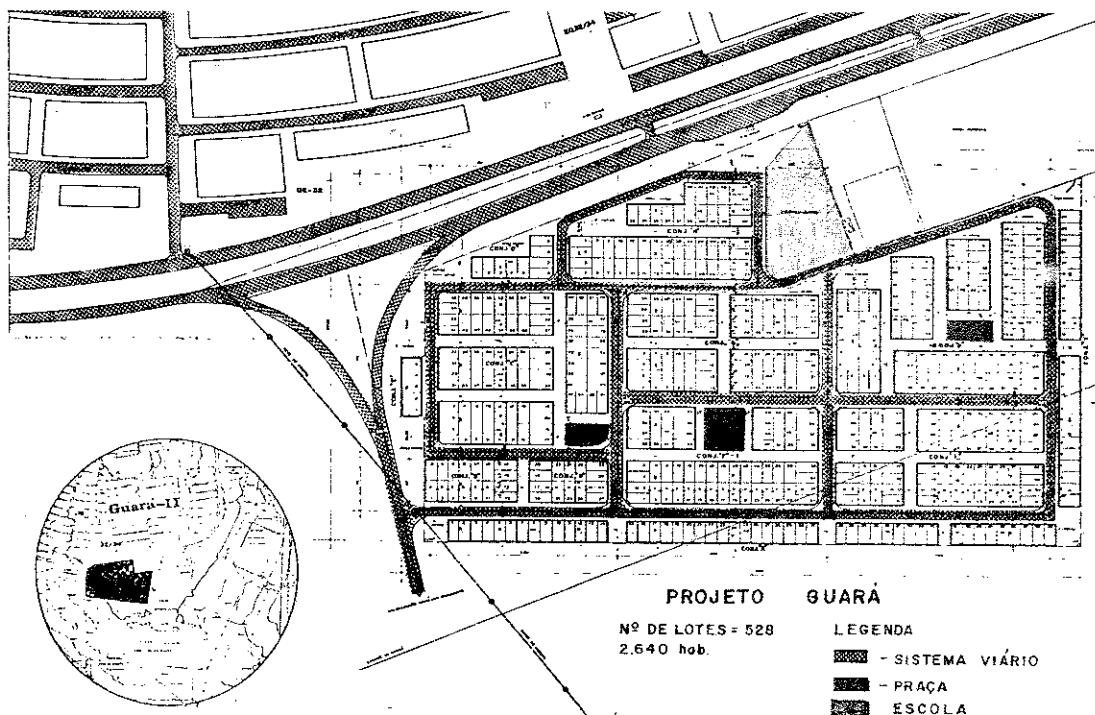
Em relação às áreas de uso público, ficou perceptível na análise feita no local onde mora atualmente a população, que há certa relação de vizinhança e utilização de áreas públicas. Tendo em conta esses fatores, procurou-se apenas definir com mais clareza os espaços, prevendo-se, inclusive, que a rua ainda é um local de uso público (fazer, conversar, reunir) bastante utilizada.

b. O lote

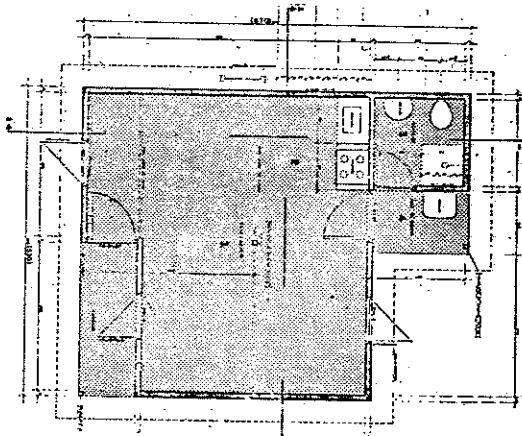
Quanto à definição do lote, procurou-se, em primeiro lugar, observar as dimensões estabelecidas pelos moradores nas invasões do Guará. A partir daí, fez-



PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE INVASÕES (FAVELAS) EM BRASÍLIA



CASA DE ALVENARIA

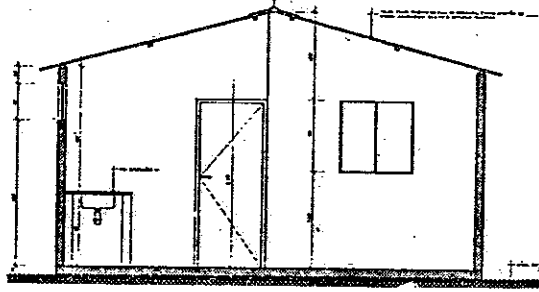


se uma listagem de atividades realizaas no lote como: lavar roupa, secar roupa, lazer das crianças e adultos, criação de pequenos animais, arborização frutífera e estética, eliminação de esgotos, circulação, guarda de materiais etc. Além, é óbvio, do espaço para a moradia.

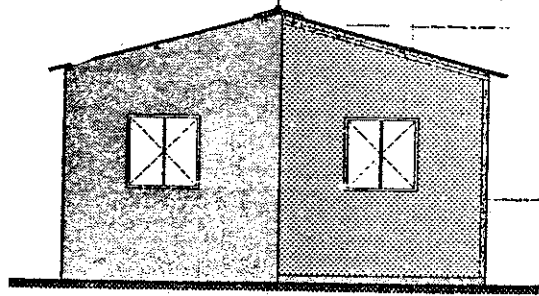
Essa análise demonstrou certa permanência de atividades e dimensões. A análise destas dimensões sugeriu um determinado tamanho de lote. Finalmente, foi necessário estabelecer uma área única para todos os lotes, por solicitação da própria população.

Moradia: O projeto da casa de alvenaria tem como referência uma concepção processual da habitação. Assim, embora inadequada a médio prazo significa melhoria em relação à moradia anterior da família. Por outro lado, procurou-se também recuperar a idéia de que a própria família deve "reconstruir" todo o tempo sua própria casa.

A idéia básica considera a casa como um lugar onde a família satisfaz necessidades tais como comer, dormir, proteger-se, cultivar o sagrado, brincar, procriar e outras coisas mais. É óbvio que tais necessidades correspondem a atividades diversas e a estas correspondem espaços.



CORTE-1-2



FACIADA FRONTAL

Ocorre que nem sempre é possível a obtenção de espaço nas condições requeridas pela população, pelo simples fato de que a casa é também uma mercadoria a ser comprada. E nem sempre a família dispõe de recursos suficientes que permitam a obtenção de moradia adequada. Portanto, essa moradia que se constrói de início é o ponto de partida de um processo no qual o morador certamente terá uma participação constante. Afasta-se a idéia da casa como objeto acabado, resultado das idealizações dos projetistas, quase sempre indiferentes às reais necessidades da população a ser atendida.